

Bolsa Escola (Ministério da Educação) e Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio-Gás (Ministério das Minas e Energia). Também farão parte do projeto, se for o caso, programas municipais de transferência de renda. A metodologia a ser desenvolvida para a avaliação desses programas envolve as seguintes etapas: realização de uma pesquisa tipo painel que acompanhe, ao longo de quatro anos, uma amostra das famílias beneficiadas e de famílias inscritas que constituirão um grupo de controle, permitindo mensurar os resultados apresentados pelos programas; identificação dos impactos na realidade das famílias e dos efeitos, esperados ou não, que afetam os meios sociais e institucionais nos quais os programas se inserem, estabelecendo as devidas relações de causalidade. A capacitação de técnicos envolve as seguintes etapas: acompanhamento na elaboração da metodologia; treinamento para a aplicação da metodologia; disseminação da metodologia para técnicos das prefeituras; e organizações não governamentais envolvidas.

086

### Educação inclusiva: o desafio de ampliar o atendimento com qualidade e a formação docente

Rosângela Gavioli Prieto  
Faculdade de Educação  
Universidade de São Paulo (USP)  
Processo 2001/02953-8  
Vigência: 1/9/2002 a 31/10/2006

Esta proposta tem como parceiros a Prefeitura do Município de Diadema, a Feusp e o Centro Universitário da Fundação Santo André. Ela visa ao estudo de políticas públicas da educação inclusiva com o objetivo de analisar: práticas do Poder Público que coexistem com modalidades segregadoras e/ou de inclusão dos alunos com necessidades especiais em classes comuns do ensino regular, tais como convênios com entidades especializadas e/ou assistenciais, salas de apoio, equipes itinerantes de especialistas, transporte especial. Posto que a melhoria da qualidade não se concretiza apenas pela democratização do acesso em escolas regulares, mas exige medidas educacionais voltadas ao desenvolvimento e à aprendizagem. Objetiva-se avaliar como essas práticas têm conformado essa condição; o fluxo escolar desses alunos, agregando informações qualitativas; qual a formação docente necessária ao atendimento de qualidade, tendo como copesquisadores os próprios professores e seus agentes formadores, discutindo e revendo sua prática; e formular indicadores de avaliação para a produção de comparativos dos atendimentos dos sistemas públicos. A cidade de Diadema demonstra viabilidade para essa proposta ao ter diferentes formas de atendimento. Desde 1993, o apoio itinerante de profissionais especializados para a educação infantil coe-

xiste com espaços de atendimento segregado aos deficientes mentais e auditivos, tendo se criado recentemente o Centro de Atenção à Inclusão Social; realizado o primeiro censo municipal do portador de deficiência, ousadia política que permite um patamar superior de dados coletados; sido indicada pela Fundação Getúlio Vargas, em 2000, como um dos cem municípios que mais desenvolveram as políticas públicas em questão; tendo cerca de 50% de seus professores formados pela Fundação Santo André, cuja parceria nesta proposta aproxima de forma instigante formadores e formados. Esta pesquisa será qualitativa: questionários, entrevistas e registros em diferentes linguagens levantarão critérios para maior aprofundamento em estudos de caso. Nos métodos qualitativos, os participantes são tidos como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Espera-se que essa metodologia facilite o desencadear das ações consideradas necessárias.

087

### Políticas públicas e violência contra crianças e adolescentes em Araraquara, SP

Maria Teresa Miceli Kerbauy  
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara  
Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
Processo 2000/13726-0  
Vigência: 1/1/2002 a 31/1/2005

O objetivo central deste projeto é diagnosticar, por meio das ocorrências registradas sobre casos de violência contra crianças e adolescentes, os territórios que detêm o maior índice desse tipo de violência no município de Araraquara, SP. A escolha do município de Araraquara deve-se ao fato de ser uma cidade localizada na região central do Estado de São Paulo com uma população de aproximadamente 200 mil habitantes, que, apesar de um baixo índice de exclusão territorial, tem apresentado casos de violência contra crianças e adolescentes. Acrescente-se ainda que Araraquara foi escolhida para a implantação de uma unidade da Febem, possuindo também uma penitenciária do estado. Objetivamos, ao mapear territórios de violência, disponibilizar uma rede de informação que articule as diversas instâncias que trabalham com a temática, sejam elas a universidade, o poder público municipal ou estadual, os conselhos de direitos ou tutelares e as organizações não governamentais. Ao buscarmos parceiros para consecução do trabalho proposto, privilegiamos as novas instâncias decisórias municipais que vêm sendo criadas para reorganizar, com maior eficiência, o campo institucional de atendimento à criança e ao adolescente, tais como o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araraquara (Comcriar). Na primeira etapa do projeto (seis meses), re-

alizaremos um amplo levantamento de dados sobre a violência, procurando sistematizar as informações obtidas de forma a termos um diagnóstico social e espacial dessas ocorrências no município de Araraquara. Paralelamente, organizaremos dois seminários sobre a violência contra a criança e o adolescente em Araraquara. O primeiro reunirá especialistas em montagem de redes computacionais e sobre violência. O segundo terá um caráter de grupos de trabalho para discutir experiências locais de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Numa segunda fase, a partir do funcionamento da rede, serão propostas intervenções diretas nas organizações que trabalham na ponta do sistema, buscando procedimentos que incrementem positivamente as políticas públicas já existentes. Durante a realização das etapas previstas, o relacionamento com as instituições parceiras possibilitará a difusão de uma dinâmica de trabalho que incorpore os procedimentos positivos no desenvolvimento do projeto.

### 088 **A internet como instrumento de otimização da prestação de serviços em bibliotecas públicas municipais**

Luiz Augusto Milanesi  
Escola de Comunicações e Artes  
Universidade de São Paulo (USP)  
Processo 2000/02030-4  
Vigência: 1/1/2001 a 30/9/2003

Este projeto pretende desenvolver análises e estudos para a criação de um modelo de implantação e gerenciamento, material de apoio (guias de pesquisa) e sistematização de treinamento para recursos humanos ligados às bibliotecas públicas municipais, visando à criação de terminais públicos de acesso à internet nessas instituições. Entende-se que esses terminais, ao lado de outros materiais já existentes nas bibliotecas públicas, podem cumprir papel fundamental no atendimento aos usuários, principalmente estudantes. Para que essa nova prestação de serviço se desenvolva com qualidade, é fundamental a capacitação de recursos humanos e a sistematização de fontes de acesso à informação através da criação de guias de pesquisa. Na fase 2, pretende-se implantar experimentalmente o projeto em dez bibliotecas públicas municipais do interior do estado. Na fase 3, através da instituição parceira, o projeto estará aberto à participação de todas as bibliotecas públicas municipais do Estado de São Paulo. As atividades previstas para a fase 1 do projeto, envolvendo pesquisadores e técnicos da instituição parceira, serão as seguintes: 1) criação de um modelo de implantação e gerenciamento de terminais públicos de acesso à internet em bibliotecas públicas e municipais; 2) identificação de sistema de busca e *sites* de interesse do público frequentador de bibliotecas públicas municipais para a criação de

guias de pesquisa que facilitem a atuação das bibliotecas públicas municipais junto a seus usuários; 3) desenvolvimento e criação de materiais de apoio para estruturação de programa de capacitação de recursos humanos das bibliotecas públicas municipais para implantação e gerenciamento de terminais públicos de acesso à internet. O Cepam, dentro de seus objetivos de capacitar representantes municipais em suas diversas áreas de atuação, associa-se ao projeto por entender que é fundamental a criação de instrumentos que permitam a disseminação de informações por meio das bibliotecas públicas municipais. Nesse sentido, entende que é viável e necessário que sejam desenvolvidas políticas públicas que garantam aos diversos setores da sociedade acesso ao sistema de pesquisa de informações oferecido pela internet, de forma organizada e orientada. Cabe ressaltar que o projeto, pela estrutura apresentada, pretende não só a implantação física dos terminais, mas, principalmente, a capacitação dos recursos humanos e o fornecimento de materiais de apoio que possam garantir uma boa prestação de serviços aos usuários das bibliotecas públicas municipais.

### 089 **Projeto de educação em direitos humanos e para a cidadania: avaliação da atuação do governo do Estado de São Paulo na aplicação do plano estadual de direitos humanos e proposição de novas práticas**

José Sérgio Fonseca de Carvalho  
Faculdade de Educação  
Universidade de São Paulo (USP)  
Processo 2000/02025-0  
Vigência: 1/1/2001 a 30/11/2003

Este projeto é motivado pela recente formulação de programas e planos oficiais de educação em direitos humanos, no âmbito municipal, estadual e federal, sem que se tenham desenvolvido análises e pesquisas para seu aprimoramento. Como, por exemplo: a defesa da educação para a cidadania no Programa Nacional de Direitos Humanos, apresentado pela Presidência da República em 1996; o Projeto de Lei nº 3.884/97, já aprovado no Senado sobre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, englobando a proposta contida nos Parâmetros Curriculares do Ministério da Educação (1977) de educação para a cidadania por meio do sistema de temas transversais, do ensino fundamental ao superior; o Programa Estadual de Direitos Humanos, do governo de São Paulo, que propõe projetos especiais de educação para a democracia também pela abordagem de temas transversais no currículo escolar, além de cursos de capacitação de professores para ministrar disciplinas ou desenvolver programas interdisciplinares na área de direitos humanos, em parceria com entidades não governamentais (a partir de